

BIODIVERSIDADE E ÉTICA AMBIENTAL CAMINHOS E PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE

BIODIVERSITY AND ENVIRONMENTAL ETHICS PATHS AND PERSPECTIVES TOWARDS SUSTAINABILITY

Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ/Brasil
email marcus_nathan1203@hotmail.com

Eliane Cristina Tenório Cavalcanti Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ/Brasil
email eliane.cavalcanti@hotmail.com

Autor Marcely Silva De Souza Universidade Santa Úrsula, Niterói, RJ/Brasil
email marcelly.souza@hotmail.com

Resumo
O presente artigo, fundamentado no conceito de ética ambiental de Peter Singer, buscou analisar o desenvolvimento sustentável conforme estabelecido na Agenda 2030 das Nações Unidas. O trabalho também propôs discutir questões relacionadas ao modelo atual de produção e consumo, bem como o impacto ambiental causado ao planeta. Ao longo do texto, foram apresentados sistemas éticos que abordam diretamente a relação entre os indivíduos e o meio ambiente. A pesquisa, de caráter qualitativo, apoiou-se em estudos bibliográficos e documentais para fundamentar suas reflexões. A conclusão aponta que, sob uma perspectiva prática alinhada ao pensamento de Singer, a ética deve priorizar a preocupação com minorias étnicas, a promoção da igualdade de gênero, a preservação ambiental e a resolução de graves problemas sociais, como fome, doenças e desemprego, especialmente em países periféricos. Além disso, destaca a necessidade de uma crítica constante aos processos promovidos pela perspectiva antropocêntrica moderna, bem como a importância de revitalizar conhecimentos tradicionais e saberes que possam contribuir para uma sociedade ecologicamente sustentável.

Palavras-chave Meio ambiente. Sustentabilidade. Biodiversidade.

Abstract
This article, based on Peter Singer's concept of environmental ethics, sought to analyze sustainable development as established in the United Nations 2030 Agenda. The work also proposed a discussion of issues related to the current model of production and consumption, as well as the environmental impact on the planet. Throughout the text, ethical systems that directly address the relationship between individuals and the environment were presented. The qualitative research drew on bibliographical and documentary studies to support its reflections. The conclusion indicates that, from a practical perspective aligned with Singer's thinking, ethics should prioritize concern for ethnic minorities, the promotion of gender equality, environmental preservation, and the resolution of serious social problems such as hunger, disease, and unemployment, especially in peripheral countries. Furthermore, it highlights the need for constant criticism of the processes promoted by the modern anthropocentric perspective, as well as the importance of revitalizing traditional knowledge and wisdom that can contribute to an ecologically sustainable society.

Keywords Environment. Sustainability. Biodiversity.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 05/04/2025
Publicado em 30/08/2025

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, fundamentado no conceito de ética ambiental de Peter Singer, busca analisar o desenvolvimento sustentável conforme estabelecido na Agenda 2030 das Nações Unidas. O objetivo central é compreender as ações necessárias para promover um equilíbrio entre o progresso econômico, social e ambiental, de modo a garantir a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações. Além disso, o trabalho propõe discutir questões relacionadas ao modelo atual de produção e consumo, que frequentemente negligencia os impactos ambientais, contribuindo para a degradação do planeta. Ao longo do texto, são apresentados diferentes sistemas éticos que abordam de forma direta a relação entre os indivíduos e o meio ambiente, promovendo uma reflexão crítica sobre as responsabilidades morais diante das questões ambientais contemporâneas.

Inicialmente, são expostos os fundamentos conceituais do pensamento de Paul Singer, destacando sua perspectiva acerca da ética ambiental. Singer enfatiza a importância de se reconhecer o valor intrínseco de todos os seres vivos e de promover uma relação mais justa e equilibrada entre humanos e natureza. Sua abordagem reforça a necessidade de uma ética que vá além do utilitarismo tradicional, incorporando uma preocupação genuína com o bem-estar do planeta.

Na sequência, o artigo analisa outras formulações éticas relacionadas às necessidades ambientais atuais, incluindo perspectivas que defendem a sustentabilidade, o respeito à biodiversidade e a responsabilidade social. Essas diferentes correntes éticas oferecem um panorama diversificado de abordagens que podem contribuir para a construção de políticas e comportamentos mais sustentáveis.

Por fim, refletem-se sobre o manifesto do Cacique Seattle, um dos pronunciamentos mais contundentes em defesa do meio ambiente. Sua mensagem, dirigida ao presidente americano na época, destaca a profunda conexão entre os povos indígenas e a terra, ressaltando que a destruição do meio ambiente representa uma afronta à própria essência da vida.

Assim, o artigo busca contribuir para o entendimento das questões éticas relacionadas ao meio ambiente, incentivando uma reflexão mais ampla sobre as ações humanas e suas consequências, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável.

2. A ÉTICA AMBIENTAL DE PETER SINGER

Peter Singer, pensador australiano, em seu importante livro *Ética Prática* (1993) faz uma aplicação da ética ou da moralidade à abordagem de questões práticas como o tratamento dispensado às minorias étnicas, a igualdade para as mulheres, o uso de animais em pesquisas e para a fabricação de alimentos, a preservação do meio ambiente, o aborto, a eutanásia e a obrigação dos ricos de ajudar os pobres.

Singer desenvolve sua própria ética ambiental. Ele parte do princípio de que o “conjunto de virtudes éticas louvadas e o conjunto de proibições éticas adotadas pela ética das sociedades específicas vão sempre refletir as condições sob as quais elas devem existir e atuar, para que possam sobreviver.” Caso contrário, essa sociedade deixaria de existir.

A perspectiva moral de Singer extrapola o pensamento tradicional, que “inclui no âmbito da ação moral apenas os seres considerados racionais, com consciência de si, capacidade de linguagem e pensamento” (SINGER, 1993, p. 293). Singer alarga o campo da ação moral abarcando todos os animais dotados de consciência e sensibilidade.

Para Singer (1993) somente pessoas, isto é, seres dotados dos indicadores de humanidade - autoconsciência, autocontrole, senso de futuro, senso de passado, capacidade de relacionar-se com os outros, preocupação com os outros, comunicação e curiosidade - possuem direito à vida. Alguns animais não humanos, tais como os grandes primatas, apesar de não serem da espécie *Homo sapiens* são considerados pessoas. O autor propõe o princípio da igual consideração de interesses semelhantes, um princípio mínimo de igualdade que leva em consideração as ‘preferências e interesses semelhantes dos seres, deixando de lado sua aparência física. Princípio esse que não se aplica ao meio ambiente, visto que não há como identificar quais são os interesses e preferências de seres não-sencientes. (KUHNEN, 2004).

De acordo com Kuhnen (2004), Singer desenvolve uma ética do dever indireto em relação ao meio ambiente e faz isso baseado no “valor instrumental do meio ambiente para os seres sencientes e para as pessoas, visto que ainda não encontrou um princípio ético coerentemente aplicável ao meio ambiente” (KUHNEN, 2004, p. 263). Citando Dworkin, esta mesma autora pontua que a defesa do meio ambiente deve ter como base a ideia do valor intrínseco ou sagrado da vida, devido ao processo histórico que deu origem à sua formação.

Conforme Leão (2010), defender que somente os seres humanos têm um valor intrínseco é arbitrário. Do mesmo modo, não é possível negar que se existe valor nas experiências humanas conscientes, deve-se também encontrar valor pelo menos em algumas experiências dos seres não humanos. Uma coisa tem um valor intrínseco se for boa ou desejável por si mesmo e não como uma forma de obtenção de algum outro objetivo. Assim, o dinheiro tem um valor instrumental, mas a nossa própria felicidade tem um valor intrínseco, pois a desejamos por si mesma.

Se examinarmos um problema como o da construção de uma represa em um rio, tomando a decisão exclusivamente com base nos interesses humanos teríamos de confrontar as vantagens econômicas da represa com a perda para os que acham o valor estético ou científico das matas para os homens de hoje e do futuro. Se levarmos em conta outros interesses além dos humanos, teremos de pensar nos animais que vivem na área a ser inundada, que provavelmente morrerão. (LEÃO, 2010)

A premissa central que Singer (1993) oferece com vistas à preservação do meio ambiente refere-se a seu valor de raridade, ou seja, o meio ambiente já foi, em sua maior parte, destruído pelo homem, tornando-se um bem instrumental raro, indispensável à continuidade dos seres sencientes. Tal justificativa torna-se mais forte quando se defende um ponto de vista em longo prazo, ou seja, uma floresta leva milhões de anos para se formar e, uma vez destruída, tem sua continuidade interrompida, trazendo consequências irreversíveis para as gerações futuras.

Outro fator utilizado na defesa do meio ambiente por Singer diz respeito a aspectos econômicos. O autor argumenta que os recursos que possivelmente poderiam ser obtidas por meio da destruição de florestas, são vantagens a curto prazo e que depois de alguns anos se tornam ineficientes. Em muitas situações, o crescimento econômico deve ser deixado de lado, quando ele implica na destruição do meio ambiente, por suas consequências indiretas sobre a espécie humana. Argumentos econômicos indicam o benefício unilateral de uma ação e não são substitutivos de argumentos éticos (SINGER, 1993)

Embora na civilização ocidental exista uma dificuldade para aceitar valores a longo prazo, o que está em jogo no caso do meio ambiente “são valores sem preço e atemporais”, (SINGER, 1993) que, depois de perdidos, não podem ser recuperados por dinheiro algum. Assim como o meio ambiente tem um valor por sua raridade, ele também pode ser valorizado por sua beleza, pois, para muitas pessoas, a natureza proporciona um senso estético que alcança uma plenitude em grande parte inexplicável. A admiração da beleza natural pode causar uma sensação de satisfação muito maior quando comparada à admiração causada pela contemplação de uma obra de arte, por exemplo.

Como pontua Leão (2010), a economia e a ética confluem em diversas áreas relevantes na atualidade, uma das quais são os direitos do meio ambiente, uma vez que é um problema que diz respeito ao nosso dia a dia, e que tem ganhado importância nos últimos 50 anos. Para Singer, na medida em que alguém vive de acordo com padrões éticos, deve justificá-los não apenas em termos de interesse pessoal, mas demonstrando que os atos com base no interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos referentes a um público maior.

A preservação do meio ambiente, na atualidade, está relacionada a uma questão intergeracional, trata-se de possibilitar as futuras gerações conhecer algo intocado pela ação humana.

Singer (1993) argumenta acerca da responsabilidade ética da presente geração para com as gerações futuras, o que justifica uma ação a longo prazo. Mas a defesa do meio ambiente não para por aí: ele também representa oportunidades de recreação e “um reservatório de conhecimentos científicos a serem ainda adquiridos [...] e pelo fato de algumas pessoas simplesmente gostarem de saber que ali ainda existe uma coisa natural, relativamente intocada pela civilização moderna” (SINGER, 1993, 286).

Deve-se, pois, escolher um curso de ação que tenha as melhores consequências para todos os afetados, depois de examinar todas as alternativas possíveis. Essa postura utilitária é uma base inicial na qual chegamos a universalizar a tomada de decisões com base no interesse ético.

2.1. Formulações éticas e suas pertinências para o cenário contemporâneo

Singer (2002) reconhece a existência de outras posições éticas que podem ser utilizadas para tratar as questões ambientais. Ele nos lembra que na tradição ocidental a espécie humana é o centro do universo moral e reúne quase sempre a totalidade das características moralmente significativas deste mundo. Ele cita o relato bíblico da criação no livro de Gênesis para explicitar o lugar especial ocupado pelos seres humanos no plano divino diante da natureza. A ideia é de que o homem herdou um domínio sobre a natureza e todos os seres que se movem sobre a Terra. Singer vê na própria Bíblia as raízes culturais do antropocentrismo. No livro de Gênesis, capítulo 26, verso 28, está escrito: “Deus disse: Façamos o homem a nossa imagem e semelhança, e que ele domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra” (SINGER, 2002).

A narrativa descrita no livro de Gênesis indica que a natureza teria sido projetada para servir ao homem, isso acabou gerando um entendimento de que o homem seria superior a todas as demais criaturas, e em razão disso poderia dispor como bem entendesse delas. Ao contrário da perspectiva hebraica, os gregos, tinham a lei moral como uma extensão da própria natureza. O filósofo Aristóteles esclarece muito bem essa questão ao conceber o ser humano como parte da natureza e suas ações vinculadas a esta. Sua concepção da ética é vista como extensão do movimento da vida, ou seja, como o impulso vital que aproxima ética e natureza (MARCONDES, 2009).

A concepção ética de Aristóteles aponta que a inserção do homem na natureza está atrelada a concepção de eudaimonia. A condição para que o indivíduo tenha uma vida plena e completa depende de sua busca constante pelo seu lugar no universo, somente assim ele poderá adquirir a felicidade (ARISTÓTELES, 2004).

Em Aristóteles é nítida a preocupação com a inserção do homem na natureza quando o mesmo a concebe como “dotada de uma finalidade”, um “*telos*”. Essa finalidade consiste em que cada coisa que pertence à natureza deve realizar a sua potência, A discussão da ética de Aristóteles para o meio ambiente, está na concepção de que “o ser humano deve ser visto como integrado ao meio ambiente”, como parte da natureza, não como um corpo separado da mesma como foram tratados (homem e natureza) até praticamente os dias atuais. É claro que sabemos que essa forma de tratar a natureza em nossa época é muito mais uma atitude ligada a interesses políticos e econômicos do que mera

ignorância ou desconhecimento das leis que regem os princípios básicos da natureza (MARCONDES, 2009).

Ainda segundo a concepção de Aristóteles, o saber técnico ou instrumental, por meio do qual o ser humano intervém na natureza, ou seja, no meio ambiente, deve ser subordinado à decisão racional e ao saber prudencial (MARCONDES, 2009). Podemos observar a contemporaneidade desse pensamento quando contemplamos os fundamentos do desenvolvimento sustentável concebido pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

A ética eudaimônica aristotélica influenciou o modelo medieval que passou ordenar a vida pessoal e social por um conjunto de virtudes, em busca da paz e da felicidade com uma visão teleológica do mundo e da natureza. Sob a influência da ética Aristotélica Tomás de Aquino constrói uma perspectiva para a natureza ao afirmar que ela segue um ordenamento divino. Há nessa proposição um componente holístico que pode interessar à ética Ambiental. O filósofo medieval adota uma postura holística ao afirmar que conhecer a ordem do todo é conhecer a ordem da parte e conhecer a ordem da parte é conhecer a ordem do todo. Para ele, os corpos naturais são virtuosos e que qualquer obra da natureza é efeito de uma substância intelectual, por isso vemos que as operações da natureza se encaminham ordenadamente ao fim (MARCONDES, 2009).

A modernidade, inaugurada por Descartes, rompe com a visão medieval de um *telos* ordenado e adota uma ética centrada na autonomia do sujeito. Ela substitui Deus pelo homem e lhe coloca no centro do Universo. Nesse sentido, explicita Rouanet (1997), o racionalismo “implicava a fé na razão, em sua capacidade de fundar uma ordem racional, e na ciência, como instância habilitada a sacudir o jogo do obscurantismo e a transformar a natureza para satisfazer as necessidades materiais dos homens” (ROUANET, 97, p.190).

Reconhece-se em René Descartes (1596-1650) o fundador da subjetividade e do racionalismo moderno em que o homem passa a ser o centro do Universo. Essa centralidade do sujeito, segundo Grun (2009), trouxe exacerbado antropocentrismo que acabou se refletindo na natureza de forma nefasta. Em sua obra, *Descartes, historicidade e educação ambiental*, Grün (2009) analisa as conseqüências da filosofia cartesiana para o meio ambiente. O autor considera Descartes um grande vilão, por ser um dos responsáveis pela dominação da natureza pela ciência e técnica mecanicistas. É célebre a frase de Descartes, que afirma que com a aplicação de sua filosofia prática “nos tornaremos Senhores e Possuidores da natureza”. O pensamento científico cartesiano, baseado no antropocentrismo, abre caminho para o desenvolvimento da técnica e da exploração do meio ambiente. Com isso, o homem se afasta cada vez mais da natureza, subjugando-a a mero objeto de domínio e satisfação de suas necessidades como se ele mesmo não pertencesse a ela. (MARCONDES, 2009).

Ao se referir ao antropocentrismo, Domanska (2013, p. 10), afirma que ele “é a atitude que apresenta a espécie humana como o centro do mundo, desfrutando de sua hegemonia sobre os outros seres e funcionando como mestres de natureza que existe para atender às suas necessidades”. Tal atitude, segundo o autor, “está relacionada com o tipo de discriminação que é praticada pelo homem contra outras espécies” (DOMANSKA, 2013, p. 10).

Todavia no entendimento de Singer (1993), mesmo aceitando uma ética centrada no homem, pode-se argumentar em defesa do meio ambiente pelo fato de este constituir-se como imperativo à sobrevivência humana. Conforme tal entendimento, tem-se um dever indireto de proteger o meio ambiente, pois sua destruição traz consequências negativas para a espécie humana como, por exemplo, as alterações climáticas e a poluição.

O filósofo Spinoza (1632 – 1677) foi um ferrenho crítico de Descartes e desafiou as ortodoxias do seu tempo com um pensamento holista. Seu pensamento renovador o torna muito próximo dos problemas ecológicos contemporâneos, contribuindo com pistas importantes para uma ética ambiental que seja também a libertação de todas as tiranias entre os humanos e na relação dos humanos e a natureza. Postulava uma visão panteísta da natureza onde tudo era manifestação de uma substância divina compartilhada. Em sua obra *Ética* identifica Deus a Natureza, para ele Natureza e Deus são exatamente a mesma coisa — *Deus sive Natura* (Deus ou Natureza).

Para Spinoza (2015) cada coisa que existe é um modo, uma manifestação de Deus, as quais ele designa como *Natura naturata* e que são os modos e as manifestações da essência divina: a Natureza. A natureza naturante, isto é, Deus; prolonga-se na matéria como modo de sua manifestação; este se basta a si mesmo no processo de auto manifestação contínua. “A Natureza inteira é um só indivíduo cujas partes, isto é, todos os corpos, variam de infinitas maneiras, sem qualquer mudança do indivíduo na sua totalidade”. (SPINOZA, 2015, p. 155). O filósofo traça uma relação entre terra e existência e nos adverte sobre a necessidade de restituirmos a fidelidade a terra, a imanência. É este sentido de simbiose e de holismo que torna Spinoza tão próximo dos problemas ecológicos contemporâneos, daí a razão de o seu pensamento ser tão útil na fundamentação da ética na questão ambiental.

3. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS

Em 1854, o cacique Seattle, em carta ao presidente dos Estados Unidos responde ao Presidente Pearce sobre a proposta recebida para vender suas terras da seguinte forma:

É possível comprar ou vender o céu e o calor da terra? Tal Idéia é estranha para nós. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como podem comprá-los? Cada pedaço desta terra é sagrada para o meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro,

cada areia da prata, cada bruma nas densas florestas, cada clareira e cada inseto a zumbir são sagrados na memória do meu povo. A seiva que corre através das árvores carrega as memórias do homem vermelho (...). Somos parte da terra e ela é parte de nós (...), Deste modo, quando o grande Chefe manda dizer que quer comprar nossa terra, ele pede muito de nós (...). Consideraremos sua oferta de comprar nossa terra. Mas não será fácil, pois esta terra é sagrada para nós (p. 11, 13 e 15).

O cacique já alertava para o fato de que o colonizador branco, diferentemente dos indígenas, não respeitava a terra: “Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe [...]. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia, são nossos irmãos.” (CETESB-SP, 2022) e continua:

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. A sepultura de seu pai e os direitos de seus filhos são esquecidos. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas como enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto. (CETESB, 2022)

A carta do Seattle, em resposta ao presidente americano - que desejava comprar grande parte das terras de sua tribo, e que para tanto ofereceu, em contrapartida, a concessão de uma outra reserva - tem sido considerado um belo e profundo discurso poético e um documento de defesa do meio ambiente.

A leitura dos fragmentos extraídos da Carta do Cacique Seattle mostra de um modo particular como os colonizadores agiram em relação à terra conquistada e com as pessoas que viviam sobre ela. A essa fase Marx (1996) chama de subsunção formal, ou seja, o capital passa a organizar todas as relações sociais. A subsunção é a inclusão de alguma coisa em algo maior, mais amplo. Deleuze e Guattari (1997) afirmam que o capitalismo contemporâneo continua operando por meio da expropriação e da violência, seja através da expulsão de populações autóctones de suas terras, seja por meio da violência imposta nas cidades, tudo funciona para a imposição de seu sistema hegemônico.

De modo geral a relação do ser humano com o Planeta Terra, que só passou a ser preocupação das autoridades governamentais a partir de 1972, quando a ONU começou a realizar conferências globais sobre o meio ambiente. A Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo, Suécia, ela é considerada um marco histórico na política internacional, um decisivo passo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental e que direcionou para

as agendas dos países as questões ambientais. (CRBIO-07, 2022). 50 anos já se passaram daquela conferência e, de lá para cá, infelizmente, os resultados efetivos são bem poucos ainda. O relatório final dizia:

Os recursos naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras; o desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável é indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado; todos os países devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente (CRBIO-07, 2022).

O conceito de desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez, em 1989 no Relatório Brundtland, ministra norueguesa, convidada pela Secretaria Geral da ONU para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que buscava já naquele momento uma conciliação entre a meio ambiente e crescimento econômico.

Diz o relatório:

No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.

Em julho de 1992, ocorre no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), com a presença de 178 chefes de governo, representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais. Nesta conferência amadureceu-se a ideia de desenvolvimento sustentável e a certeza de que se todos os países perseguissem o padrão de desenvolvimento dos países centrais, danos irreversíveis ocorreria ao meio ambiente.

Após vinte anos de realização da Eco-92, em 2012, realizou-se mais uma Conferência global também no Rio de Janeiro, a Rio+20, que focou em dois temas principais: a economia no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Com a presença de 179 países participantes acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável” (AGENDA 21 GLOBAL, 2012).

O modelo de produção atual estabeleceu um padrão de desenvolvimento humano que poderia ser chamado de mau desenvolvimento, pois privilegia uma parcela mínima da população mundial.

Além do mais, o planeta tem dado sinais de não suportar esse estilo de desenvolvimento. O descaso com a utilização dos recursos naturais não renováveis tem gerado problemas socioambientais; a manipulação das instâncias democráticas para atender a interesses oligopolistas e corporativistas tem causado problemas sociopolíticos; o uso da terra e o acesso a ela têm sido responsáveis pelos problemas socioespaciais; o subtrabalho, o não trabalho, a exclusão social e o consumismo são as causas dos problemas socioeconômicos; a substituição dos modos de vida tradicionais pelos padrões homogêneos, assim como a alienação causada pelo trabalho repetitivo, resultou em problemas socioculturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas ambientais são um alerta para a nossa sociedade repensar seus comportamentos, padrões de consumo e a exploração dos recursos naturais. Nesse sentido, torna-se fundamental debater questões éticas a partir de uma abordagem prática, alinhada ao pensamento de Peter Singer, que destaca a importância de se preocupar com as minorias étnicas, a igualdade de gênero, a preservação do meio ambiente e a resolução dos graves problemas gerados pelas desigualdades sociais, como fome, doenças e desemprego, especialmente em países periféricos.

Singer também aponta a necessidade de uma crítica constante aos processos promovidos e sustentados pela ética antropocêntrica moderna. Além disso, enfatiza a importância de recuperar saberes tradicionais e conhecimentos que possam contribuir para uma sociedade ecologicamente sustentável.

Por fim, é crucial reconhecer que não conseguiremos evitar novas pandemias sem adotarmos posturas que envolvam decisões conscientes relacionadas à conservação da natureza. É imperativo repensar e transformar as nossas relações com o meio ambiente, promovendo uma convivência mais equilibrada e sustentável entre o homem e a natureza.

REFERÊNCIAS

Agenda 2030. (2015). ODS – **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>> Acesso: 13 de jun. 2022.

AGENDA 21. **Relatório da Conferência Rio 92**. Rio de Janeiro, 1992.

Aristóteles. **Ética a Nicomaco**. Brasília: UnB, 1999.

Deleuze, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.

Dicionário de linguagem Oxford. Disponível em

https://www.google.com/search?q=dicion%C3%A1rio+online&rlz=1C1CHZN_pt-BRBR922BR922&oq=dicion%C3%A1rio+online&aqs=chrome..69i57j0i512j46i512j0i512i3j46i512j0i512i2.6637j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8#dobs=antropocentrismo . Acesso: 13 de jun. 2022.

Domanska, Ewa. **Para além do antropocentrismo nos estudos históricos**. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 4, N.1, janeiro-julho de 2013.

Grun, Mauro. Descartes, Historicidade e Educação Ambiental. In: CARVALHO, I. C. M. de; GRUN, M.; TRAJBER, R. (Orgs.), **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

Kuhnen, T. A., **Do valor intrínseco e de sua aplicabilidade ao meio ambiente**. Revista Ethic@, Florianópolis, v.3, n.3, p. 255-273, Dez 2004.

MarcondeS, Danilo. Aristóteles: ética, ser humano e natureza. In: CARVALHO, I. C. M. de; GRUN, M.; TRAJBER, R. (Orgs.), **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

Marx, K. **O capital**. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ONU (ORGANIZACÕES DAS NAÇÕES UNIDAS). **Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies**. 3. ed. Nova York: ONU, 2007. 99 p. (Economic e Social Affairs). ISBN 978-92-1-104577-2. Disponível em: <https://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf>, Acesso: 13 de jun. 2022.

Relatório Brundtland. **Nosso Futuro em Comum**. ONU, 1987.

Rouanet, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

Seattle (Chefe Índio). **Preservação do meio ambiente - manifesto do Chefe Seattle ao presidente dos EUA**. São Paulo, Babel Cultural, 1987 (Trad. Magda Guimarães Khouri Costa.)

Singer, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Spinoza, Baruch de. **Ética**. Tradução Grupo de Estudos Espinosanos; coordenação Marilena Chauí. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015